

A Copa e os mega projetos Uma perspectiva indígena, negra, quilombola e popular no Brasil e Porto Alegre

Reunidos no dia 28 de janeiro durante o Fórum Social Temático de 2012, em Porto Alegre, no Quilombo do Silva - território símbolo da luta dos povos -, representantes de movimentos negro, quilombolas, indígenas, mulheres, lésbicas, gays, sindicatos, partidos, movimentos de ocupações urbanas, em resistência contra o modelo de opressão hegemônico em nossa sociedade - o modelo capitalista, patriarcal, racista, homofóbico e lesbofóbico -, debateram temas cruciais e desafios colocados aos movimentos sociais nesta conjuntura de grande complexidade que nos encontramos.

A política de investimento de bilhões e bilhões de reais está impactando e reformulando a configuração das cidades a partir de interesses de mega ricos empresários, apoiados com recursos públicos. Estas obras impactarão doze mega regiões metropolitanas em suas relações sociais, culturais e ideológicas, afetando a cultura e favorecendo a concentração do poder político nas mãos destes ricos.

Na construção desta concepção de sociedade, as maiores vítimas continuam sendo as comunidades pobres, negras, quilombolas, indígenas e trabalhadoras. Os pobres não produziram a pobreza. Entre esses, a parte da comunidade brasileira que reunimos: pobres, negras, quilombolas, indígenas, mulheres, lésbicas, gays. Oprimidas, excluídas e exploradas. E o poder desta nova opressão continua a mesma, representada nos governos federal, estaduais e municipais aliados aos ricos.

Para realizar esta transformação, neste momento, estes grupos e o governo brasileiro usam a realização da Copa do Mundo de Futebol em 2014 e das Olimpíadas em 2016 para alterar a legislação brasileira e legalizar as exceções, que representam as necessidades destes grupos econômicos para aumentar o controle da população que possa se rebelar contra estes absurdos que alteram a qualidade da democracia brasileira.

Um destes instrumentos é a lei geral da Copa, que servirá também para as Olimpíadas e inaugurara esta nova fase jurídica, financeira e política de tratar com violência os direitos destas populações oprimidas, excluídas e exploradas.

Estas ações embalam também as ações políticas e empresariais para mudar a legislação referente ao meio ambiente e a proteção das florestas naturais. A ambição visa o controle da biodiversidade, das águas, dos minérios. E as comunidades indígenas e quilombolas são vistas como empecilho.

A estas ações se somam aos diversos ataques aos direitos dos povos em especial aos das comunidades tradicionais como as várias proposta de emenda à Constituição – PECs - tramitando no Congresso Nacional visando suspender as demarcações de terras indígenas e quilombolas. Frisamos a ADIn 3239 do DEM, que ataca os direitos das comunidades quilombolas, na iminência de ser julgada no STF, bem como o Projeto de Decreto Legislativo nº 44/2007, do deputado do PMDB de SC Valdir Colatto.

O atual modelo de desenvolvimento adotado pelo Estado brasileiro tem levado a desgraça de diversos setores do povo, entre os quais os maiores prejudicados são aqueles que já citamos: comunidades indígenas, quilombolas, negras, camponesas e cidadinas, que vem sofrendo ataques constantes e perdendo seus territórios e direitos. Isso significa, não só a perda de espaço, mas também de sua cultura, seus valores e suas vidas.

Por isso, defendemos a titulação imediata dos territórios quilombolas e indígenas e a regularização das áreas urbanas.

Defendemos a luta contra a discriminação e perseguição das religiões de matriz africana, respeito à diversidade e liberdade religiosa;

Neste processo registramos que há um extermínio da juventude pobre e em especial a juventude negra; o assassinato das lideranças quilombolas e indígenas; perseguições e ameaças nos territórios indígenas e a criminalização dos movimentos sociais;

Que no mundo povos como ciganos e palestinos têm sido criminalizados e perseguidos;

Para enfrentarmos esta situação afirmamos que precisamos rever nossa atuação enquanto movimentos.

Aprendemos com os atuais partidos e esquerda que, em geral, quando chegam ao governo, revelam-se incorporados ao modelo de desenvolvimento das políticas já antes aplicadas. Assim precisamos ser mais contundentes nas nossas ações dentro das comunidades e no seio da população.

A fragmentação dos movimentos sociais se dá através da cooptação por parte do governo de membros dos movimentos sociais. Apontamos a necessidade de autonomia cultural, organizativa, política, financeira ativa em relação ao estado e aos governos. Um processo de organização com assembleias horizontais populares em todas as esferas, para articular nossas lutas;

Consideramos que, em primeiro lugar, a grande tarefa é construirmos a unidade entre os diferentes setores oprimidos e explorados para que possamos aumentar nosso poder de oposição a ideologia dominante. Hoje, os movimentos sociais estão muito fragmentados, e a unidade é a única possibilidade de alavancarmos outro projeto.

A construção desse projeto passa por gerarmos uma força social mobilizadora capaz de contrapor o projeto capitalista de sociedade. Para isso, precisamos ter o entendimento do que nos diferencia e não cair em velhos erros que se revelam pela falta de democracia impede que milhões de oprimidos e explorados assumam suas lutas de forma autônoma e independente, e reforça os modelos centralizadores.

Pensar nossa expressão da ação direta por meio de manifestações, e buscar a unificação das lutas trabalhadoras com vistas a greve geral no país;

E exigir que seja respeitada a Constituição no que refere a população quilombola negra e indígena, que haja reparação, já!

Estruturar nossa comunicação como ferramenta de articulação e publicização das lutas, do pensamento acumulado, através de uma mídia alternativa, a partir da internet, rádio comunitárias etc., que contemplem uma visão combativa frente a grande mídia e que cumpra um papel de trazer coesão e educação para as comunidades em resistência.

Dentro das margens de manobra que a atual democracia representativa nos permite, temos algumas iniciativas que podem ser aproveitadas para gerar movimento e acúmulo. Situações conjunturais podem e devem ser aproveitadas para gerar mobilização.

Apoio incondicional e urgente à agenda de luta:

- 2 de Fevereiro: luta nacional de apoio a comunidade do Pinheirinho
- RIO+20, encontro que discutirá a sustentabilidade, erradicação da pobreza, economia verde;

Datas de reflexão e organização para a luta:

- 7 de fevereiro: dia da morte de Sepé Tiaraju;
- 1 e 2 de Março: aplicação da convenção 169 OIT
- 8 e 21 de março e o primeiro de maio. (21 de março: Dia do CHEGA de racismo)
- 1 de Maio unificado: unificação das lutas trabalhadoras, discussão da Greve geral;
- 28 de junho: Orgulho LGBT;
- 25 de julho - Dia Latino Americano da Mulher Negra;
- 29 de agosto: Dia da Visibilidade Lésbica;
- 20 de Novembro - Dia Nacional da Consciência Negra.